

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

Constitui o objeto do presente Termo CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica ou física para **prestação de serviços de hospedagem em hotel/pousada, para atender a demanda das Secretarias Municipais de Santa Maria da Vitória**, nas especialidades relacionad no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

2. DA ESPECIFICAÇÃO:

Nº	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID. MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	HOSPEDAGEM APARTAMENTO INDIVIDUAL COM BANHEIRO PRIVATIVO, <u>VENTILADOR</u>, TV, WIFI E SERVIÇO DE QUARTO (DIÁRIA), <u>INCLUINDO CAFÉ DA MANHÃ NA DIÁRIA.</u>	400	DIÁRIA	R\$ 73,92	R\$ 29.568,00
2	HOSPEDAGEM APARTAMENTO DUPLO COM BANHEIRO PRIVATIVO, <u>VENTILADOR</u>, TV, WIFI E SERVIÇO DE QUARTO (DIÁRIA), <u>INCLUINDO CAFÉ DA MANHÃ NA DIÁRIA.</u>	400	DIÁRIA	R\$ 137,11	R\$ 54.844,00
3	HOSPEDAGEM APARTAMENTO TRIPLO COM BANHEIRO PRIVATIVO, <u>VENTILADOR</u>, TV, WIFI E SERVIÇO DE QUARTO (DIÁRIA), <u>INCLUINDO CAFÉ DA MANHÃ NA DIÁRIA.</u>	400	DIÁRIA	R\$ 190,00	R\$ 76.000,00
4	HOSPEDAGEM APARTAMENTO INDIVIDUAL COM BANHEIRO PRIVATIVO, <u>AR CONDICIONADO</u>, TV, WIFI E SERVIÇO DE QUARTO (DIÁRIA), <u>INCLUINDO CAFÉ DA MANHÃ NA DIÁRIA.</u>	1.200	DIÁRIA	R\$ 108,41	R\$ 130.092,00

5	HOSPEDAGEM APARTAMENTO DUPLO COM BANHEIRO PRIVATIVO, <u>AR</u> <u>CONDICIONADO</u>, TV, WIFI E SERVIÇO DE QUARTO (DIÁRIA), <u>INCLUINDO CAFÉ DA MANHÃ NA DIÁRIA.</u>	1.200	DIÁRIA	R\$ 181,22	R\$ 217.464,00
6	HOSPEDAGEM APARTAMENTO TRIPLO COM BANHEIRO PRIVATIVO, <u>AR</u> <u>CONDICIONADO</u>, TV, WIFI E SERVIÇO DE QUARTO (DIÁRIA), <u>INCLUINDO CAFÉ DA MANHÃ NA DIÁRIA.</u>	1200	DIÁRIA	R\$ 250,67	R\$ 300.804,00
VALOR TOTAL					R\$ 808.772,00

2.1 Da estimativa de preço

A estimativa preliminar do valor da contratação é de **R\$ 808.772,00** (oitocentos e oito mil, setecentos e setenta e dois reais).

O valor global estimado se deu a partir de valores coletados diretamente com 03 (três) fornecedores locais, considerando a especificidade dos itens e coleta de preços no sistema Banco de Preços.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 A solicitação de abertura de Processo Auxiliar de Credenciamento para contratação de pessoas físicas e jurídicas tem como objetivo a prestação de serviços de hotelaria para atender às necessidades de servidores públicos, prestadores de serviço e policiais a serviço do município de Santa Maria da Vitória - BA.

As diversas Secretarias Municipais possuem uma demanda constante, porém não uniforme, por serviços de hospedagem. Essa necessidade surge em função de jornadas de trabalho estendidas, realização de eventos, missões externas, plantões e operações especiais, como as da Polícia Militar a serviço do Município. Um processo licitatório tradicional seria lento e inadequado para a agilidade que tais situações exigem.

O credenciamento cria um cadastro de fornecedores aptos, permitindo que a Administração Pública os convoque de forma rápida e direta sempre que a necessidade surgir. Isso elimina a burocracia de múltiplos processos de licitação, otimiza o tempo dos gestores e garante o fornecimento sem interrupções, o que representa uma economia processual significativa.

O sistema de credenciamento é isonômico, pois permite que todos os interessados que cumpram os requisitos legais e sanitários possam ser contratados pelo poder público. Isso democratiza o acesso às contratações municipais e incentiva o comércio local, distribuindo a demanda entre diversos estabelecimentos e pessoas físicas da cidade, em vez de concentrá-la em um único vencedor de licitação.

Assegurar a alimentação adequada aos agentes públicos em serviço é fundamental para o bom desempenho de suas funções e, consequentemente, para a qualidade e continuidade dos serviços prestados

à população de Santa Maria da Vitória.

Desta forma, o credenciamento se mostra o procedimento mais vantajoso, legal e eficiente para suprir a necessidade de serviços de hospedagem, de forma a atender ao interesse público.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. Declaro, para os fins legais, especialmente no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, que existem recursos orçamentários e financeiros para o atendimento da despesa de que trata este processo, no valor estimado de **R\$ 808.772,00** (oitocentos e oito mil, setecentos e setenta e dois reais) constando do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, nesta última nas seguintes dotações orçamentárias:

UNIDADE GESTORA	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	DE FONTE DE RECURSO
0202 GABINETE DO PREFEITO	2.007 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA	Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. <u>OU</u> Elemento de Despesa: 3.3.9.0.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. 1500-0000 / 1500-1001 / 1500-1002	
05.05- Secretaria de Administração	2.008 - Desenvolvimento e Manutenção das Ações da Secretaria de Administração.		
06.06- Secretaria de Obras e Serviços Públicos	2.051 - Desenvolvimento e Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.		
07.07- Secretaria de Transportes	2.021 - Desenvolvimento e Manutenção da Secretaria de Transportes.		
08.08- Secretaria de Assistência Social	2.032- Desenvolvimento e Manutenção das Ações da Secretaria de Assistência Social.		
10.10- Secretaria de Educação	2.011 - Desenvolvimento e Manutenção da Secretaria de Educação.		
09.09- Secretaria de Saúde	2.068- Desenvolvimento e Manutenção das Ações da Secretaria de Saúde.		
09.15 - Fundo Municipal De Saúde	2.059- - Desenvolvimento e Manutenção das Ações do Bloco de Média e Alta Complexidade		

1518 -SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	2.069 - PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
---	---	--

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação de nota fiscal e demais relatórios e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado.

6. DO LOCAL E PREVISÃO DE ENTREGA DOS PRODUTOS.

6.1. Para atender aos requisitos mínimos solicitados, os serviços deverão estar em conformidade com a descrição sumária e descrição completa da cosntante neste Termo de Referência, atentando- se á:

6.2. Universalidade e gratuidade aos usuários

- ✓ A execução será totalmente gratuita para os usuários indicados pela Contratante, vedada a cobrança de qualquer taxa, sobretaxa, gorjeta, tarifa adicional ou despesa extra não prevista no valor credenciado;
- ✓ Eventuais serviços opcionais – não contemplados no rol de itens credenciados – somente poderão ser prestados mediante autorização expressa da Secretaria demandante e serão custeados diretamente por esta.

6.3. Disponibilidade imediata

- ✓ As Secretarias ou unidades requisitantes poderão efetuar reservas em horário comercial das 08:00h às 18:h reservas, inclusive finais de semana e feriados, inclusive por meio eletrônico, caso o estabelecimento disponibilize tal funcionalidade;
- ✓ A unidade credenciada deverá confirmar a reserva **em até 1 (uma) hora** do recebimento da solicitação;
- ✓ O check-in deverá estar disponível **a partir de 12 h** da data indicada, salvo hipótese de força maior, devidamente justificada e aceita pela Contratante.

6.3.1 A(s) Ordem (ns) de Serviço expedida(s) após a assinatura do contrato indicará(ão):

- a) O nome, sobrenome e cargo do responsável pela Ordem;
- b) O e-mail e telefone do setor solicitante, para confirmação do recebimento da Ordem pela Contratada;
- c) O item e a quantidade solicitada;
- d) A data de entrada e saída, e o número de hóspedes;
- e) O nome ou relação novimanl dos beneficiarios telefone de contato;
- f) A data da expedição da Ordem de Serviço

III – Localização do estabelecimento

1. O hotel/pousada deverá estar situado no Município de Santa Maria da Vitória, cujo endereço deve sero indciado no ato de solictiação de Credenciamento;
2. A edificação deverá estar regular perante os órgãos municipais de vigilância sanitária, Corpo de Bombeiros e possuir acessibilidade em conformidade com a Lei n.º 10.098/00;

3. Será admitida a participação de mais de um estabelecimento por grupo econômico, desde que cada CNPJ represente um endereço físico distinto.

IV – Horário comercial para disponibilidade de café da manhã

1. Os serviços de café da manhã, destinados aos usuários deverão estar disponíveis, **todos os dias da semana, à partir das 06:30h com duração mínima até às 08:00h;**
2. Na impossibilidade de refeição presencial (café da manhã), o hotel deverá disponibilizar — sem custo adicional — serviços equivalentes de “lanche box” ou refeição congelada, respeitando padrões nutricionais da RDC n.º 216/2004/Anvisa.

V – Padrões mínimos de hospedagem

1. Suíte com banheiro privativo, enxoval completo, Wi-Fi, climatização e TV a cabo;
2. Limpeza diária e troca de roupas de cama/banho a cada 48h (ou antes, quando solicitado pelo usuário).

6.4 . Será de responsabilidade da Contratada todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, ou encargos sociais, inclusive despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos do serviço prestado.

7. DA VIGÊNCIA e DO PRAZO

7.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo de contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A CONTRATANTE se obriga a cumprir as condições pactuadas neste e os prazos para pagamento;

8.2 A Contratante se reserva no direito, de fiscalizar durante a vigência do contrato, a execução dos serviços ora contratados, solicitando todas as informações que julgar necessário;

8.3 Pagar conforme estabelecido, as obrigações financeiras decorrentes do presente Contrato, na integralidade dos seus termos;

8.4 Designar, no ato da assinatura deste contrato, preposto para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, com poderes plenos para gerenciar técnica e administrativamente o mesmo;

8.5 Fornecer, em tempo hábil, à CONTRATADA todos os elementos técnicos e administrativos, necessários à execução dos serviços, bem como entregar livre e desimpedidas as áreas onde serão realizados os serviços, objeto deste contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

9.2 Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

9.3 Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

9.4 Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

9.5 Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

9.6 Responsabilizar-se pelas despesas médicas e hospitalares com seus empregados, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho, bem como dos servidores e terceiros no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação do objeto, não cabendo qualquer ônus para a administração;

9.7 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido.

g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento.

h) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

i) Realizar a entrega em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.

j) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

k) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

l) É vedada a subcontratação da obrigação.

10. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;

10.2. Durante todo o período de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

10.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

10.4. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

10.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.7 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

11 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

11.1 A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

12. DAS SANÇÕES

12.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar o processo de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Processo de Contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, *quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;*
- b) *Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “g” do subitem anterior, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;*
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d) Multa:
 - 1) A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:
 - a) 0,3% ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;
 - b) 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o Contrato dentro de 05(cinco) dias úteis, contados da data da convocação;
 - c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não realizado, nos casos de atraso superior a 30(trinta) dias.
 - d) O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do serviço, salva se ao CREDENCIADO, no prazo máximo de 48 horas, recolher aos cofres públicos o valor da multa.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a

obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.8.2 Os endereços de e-mail informados nos documentos apresentados pela Credenciada e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da contratante, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.8 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.8.1 a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.8.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.8.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.8.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.8.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.10 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no sistema LICITANET.

12.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.13 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

13. DA CLASSIFICAÇÃO

13.1 O critério de classificação se dará por ordem de credenciamento dos interessados, a partir da data de publicação deste edital e de acordo as necessidades das secretarias.

13.2 Não terá limite de credenciados, desde que atendam a todos os requisitos deste termo, será levado em conta a logística dos credenciados.

13.4 Em caso de credenciamento de licitantes de outros estados, será levado em conta o prazo de entrega, portanto a o fator logística será determinante para os valores dos futuros contratos;

13.5 A Contratação será de acordo as necessidades da Administração, levando em conta a logística, podendo ficar os contratos com valores diferentes entre os credenciados.

13.6 Será publicado no Diário Oficial a relação de credenciamento no prazo de até 02 (dois) uteis após decisão motivada da Autoridade Competente, para conhecimento público.

14. DA CONVOCAÇÃO

14.1. Uma vez publicada a relação de habilitados, observados os prazos para eventuais recursos.

14.2 A divulgação do rol de credenciados ocorrerá por meio de publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória.

14.3 Quanto à formalização do Termo de Credenciamento, destaca-se que:

a) Uma vez publicado o Rol de Credenciados, o Edital estabelecerá prazo para que os credenciados assinem o Termo de Credenciamento (Anexo II);

b) A não assinatura do Termo de Credenciamento poderá ser entendida como recusa injustificada, ensejando a imediata exclusão do rol de credenciados;

14.4 A recontração se dará a partir da avaliação de execução de contratação anterior.

14.5 Poderá a autoridade competente, a qualquer tempo, excluir credenciado, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior à habilitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

Santa Maria da Vitória – BA, 26 de março de 2025.

Eder Tony Nunes Gripp
Secretário Municipal de Administração

Av. Brasil, 723, Santa Maria da Vitória - BA, 47640-000
Telefone: 77 3483-8907
CNPJ nº13.912.506/0001-19